



O complemento verbal *lhe* na Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos (1650 – 1793)

The verbal complement *lhe* in the Documentary Collection of the Regiments of Black and Mixed-race Men (1650–1793)

Izaias Araújo das Neves PASCHOAL*^{ID}

Zenaide de Oliveira Novais CARNEIRO**^{ID}

RESUMO: Neste trabalho, construído com base da dissertação de mestrado de Paschoal (2024), defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS), fazemos uma breve síntese das análises paleográfica, sócio-histórica e linguística realizadas nos documentos que formam a Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos (CDTHPP), composta por 28 documentos administrativos manuscritos entre os anos de 1650 e 1793 por dezesseis homens negros, nas localidades de Recife, Olinda, Salvador e no Arraial de Santa Margarida do Açú (no atual estado do Rio Grande do Norte). Trata-se de 3 atestados, quinze certidões, 7 ofícios e 3 requerimentos, os quais foram prospectados, em sua forma fac-similar, no acervo digital do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, vinculado à Biblioteca Nacional do Brasil. No campo sócio-histórico, destacamos as relações sociais entre os *scriptores* e a elite colonial brasileira, considerando que os Terços – instituições circunscritas aos corpos auxiliares do serviço militar, pois recebiam soldo apenas quando convocados e eram divididas por estratos sociais (brancos, pretos, pardos, indígenas etc.) – representavam, para esses homens negros, a etapa final de sua mobilidade social, conferindo-lhe, portanto, uma configuração *sui generis*, uma vez que o seu trânsito pelas diversas camadas da sociedade lhes aproximava de modelos de língua lusófonos, além de possibilitar-lhes a aquisição da escrita em um contexto proibitivo, dado o processo de escravidão. Assim, de modo a garantir a confiabilidade do estudo linguístico, os manuscritos passaram por um processo de edição semidiplomática, cujos critérios foram adaptados a partir daqueles propostos pelo grupo de pesquisa *Modus Scribendi*, da Universidade Federal da Bahia, de modo a atender às suas especificidades. Os documentos foram submetidos, então, a uma rigorosa caracterização paleográfica, a qual distinguiu as produções autógrafas – isto é, escritas por quem as assinou – das apógrafas – escritas por um escrivão –, através da análise de autoria (Lose, 2022). No campo linguístico, observou-se a realização do clítico *lhe*, com o objetivo de identificar uma possível variação em seu uso, por considerarmos que, no Português Brasileiro, há variação entre o acusativo e o dativo, enquanto

* Doutorando em Estudos Linguísticos, com bolsa do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS). Feira de Santana, Bahia – Brasil. izaiasaraujo215@gmail.com

** Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista de produtividade nível 2 do CNPq. Feira de Santana, Bahia – Brasil. zoncarneiro@uefs.br

no Português Europeu é categoricamente dativo (Lopes *et al.*, 2018). Todavia, os resultados obtidos demonstram a marcação exclusiva do *lhe* como dativo pelos *scriptores*, ocupando função sintática de objeto indireto, em referência à terceira pessoa do singular/plural.

PALAVRAS-CHAVE: Terços de Homens Pretos e Pardos. Descrição do Português no Brasil Colonial. Clíticos. Crítica Textual. Paleografia.

ABSTRACT: This study, built upon the Master's thesis by Paschoal (2024) defended within the Graduate Program in Linguistic Studies at the State University of Feira de Santana (PPGEL-UEFS), provides a brief synthesis of the paleographic, socio-historical, and linguistic analyses conducted on the *Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos* (CDTHPP), which comprises 28 administrative manuscripts written between 1650 and 1793 by sixteen Black men in the localities of Recife, Olinda, Salvador, and Arraial de Santa Margarida do Açú (in the present-day state of Rio Grande do Norte). The corpus consists of 3 attestations, 15 certificates, 7 official dispatches, and 3 petitions, all of which were sourced in facsimile form from the digital archives of the *Projeto Resgate Barão do Rio Branco*, held by the National Library of Brazil. In the socio-historical sphere, we highlight the social relations between the *scriptores* and the Brazilian colonial elite, considering that the *Terços*—institutions limited to the auxiliary bodies of the military service, as they received pay only when mobilized and were divided by social strata (white, black, mixed-race, indigenous, etc.)—represented a peak of social mobility for these Black men; this status afforded the collection a *sui generis* configuration, as their movement through various social layers brought them closer to Lusophone linguistic models and enabled the acquisition of literacy within the prohibitive context of slavery. To ensure the reliability of the linguistic study, the manuscripts underwent a semi-diplomatic editing process, with criteria adapted from those proposed by the *Modus Scribendi* research group (Federal University of Bahia) to meet the corpus's specificities. The documents were then subjected to rigorous paleographic characterization, which distinguished autograph productions—written by the signers themselves—from apographs—written by a clerk—through authorship analysis (Lose, 2022). Regarding the linguistic analysis, the use of the clitic *lhe* was examined to identify potential variation, considering that in Brazilian Portuguese, there is variation between the accusative and the dative, whereas in European Portuguese it remains categorically dative (Lopes *et al.*, 2018). Nonetheless, the results demonstrate the exclusive marking of *lhe* as a dative by the *scriptores*, functioning as an indirect object in reference to the third person (singular/plural).

KEYWORDS: Regiments of Black and Mixed-Race Men. Description of Portuguese in Colonial Brazil. Clitics. Textual Criticism. Paleography.

Artigo recebido em: 21.03.2025

Artigo aprovado em: 05.01.2026

1 Introdução

A reaproximação ao Português do Brasil Colonial perpassa pela busca, de forma *arqueológica*, de testemunhos linguísticos deixados por pessoas negras, naquele

momento escravizadas, pois, para Mattos e Silva (2004) e para Lucchesi (2017), esse foi o grupo responsável por difundir, ao longo do território brasileiro, o precursor daquele que viria a se tornar o português popular. Todavia, dadas as vicissitudes do processo escravista na América Portuguesa, o qual, entre outros, impedia o acesso das pessoas negras à alfabetização – entre outras violências causadas –, pouco de suas produções sobreviveram ao tempo, o que limita a reaproximação a vestígios linguageiros recolhidos em arquivos, quando encontrados: são “maus dados”, nos termos de Labov (1982), por serem escassos, mas de grande validade para pesquisas sobre a língua portuguesa por guardarem a expectativa de um novo olhar ao passado histórico do Português Brasileiro (PB).

Ao considerar, então, essas questões, este artigo concentra-se nas possibilidades de estudo linguístico oferecidas pela Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos, a CDTHPP, a qual foi prospectada, editada semidiplomaticamente e estudada sob os vieses sócio-histórico e gramatical pelo autor em sua pesquisa de mestrado (2024), realizada sob a orientação das coautoras. A CDTHPP é composta por 28 documentos administrativos, sendo 3 atestados, quinze certidões, 7 ofícios e 3 requerimentos, manuscritos entre os anos de 1650 e 1793 por dezesseis homens negros, entre nascidos livres e libertos, que integravam as chamadas milícias africanas, também conhecidas como Terços de Henrique Dias, em referência ao seu fundador, cuja função primordial era a de auxiliar as tropas militares pagas na defesa do território, nas guerras de expansão e na captura de escravizados fugidos, além da manutenção dos espaços militares e outros serviços. No campo linguístico, abordaremos a descrição do clítico *lhe* na documentação, sob a hipótese de que poderia haver, na língua portuguesa escrita por homens pretos e pardos, uma mudança do sistema pronominal em curso.

Assim, o texto foi organizado da seguinte maneira: a próxima seção é reservada para uma breve recuperação sócio-histórica dos Terços de Homens Pretos e Pardos¹, dos manuscritos e de seus escreventes, de modo a contextualizar a pesquisa. Em seguida, apresenta-se o *corpus*, destacando aspectos de sua materialidade e das análises paleográficas realizadas com o objetivo de garantir a confiabilidade dos documentos. A seção seguinte é dedicada ao estudo realizado a partir do *corpus*, destacando o seu enquadramento dentro do contínuo da periodização sociolinguística brasileira (Lucchesi, 2017), as análises feitas e os resultados obtidos com base nos dados recolhidos. As considerações finais são o encerramento.

2 Síntese sócio-histórica dos Terços e de seus integrantes

Por ser um reino de poucos recursos financeiros e populacionais que precisou lidar com vasta extensão Ultramarina, a Coroa Portuguesa recorreu a uma série de legislações que obrigavam os seus súditos adultos, independentemente de sua localização geográfica, ocupação ou posição social, a armarem-se sempre que fosse preciso defender o território. Havia, no entanto, uma divisão no serviço militar: os corpos regulares, que recebiam soldo, fardamento, armas, alimentação e assistência médica; os corpos auxiliares, nos quais enquadram-se as milícias de africanos e afrodescendentes, remunerados apenas quando ativos e arregimentadas em seus locais de origem, divididos por categorias sociais (brancos, pretos, pardos, forros etc.); por fim, as ordenanças, grupos de homens sem instrução militar contínua e formado por locais com outras ocupações remuneradas (Izecksohn, 2014; Mello, 2006).

Socialmente, para homens negros, o ingresso em corpos auxiliares significava o êxito do seu ciclo de mobilidade social, haja vista que, aos oficiais dessas tropas, como

¹ Utilizamos a denominação genérica “Terço de Homens Pretos e Pardos” para designar um grupo que não era homogêneo, pois houve, em separado, os terços de pretos e os de pardos, os quais foram unificados no século XVIII. Salientamos, ainda, que a existência das milícias negras não se restringiu ao Brasil. Ao contrário, foi um modelo importado para cá, dada a sua existência em outros espaços colonizados.

os mestres de campo, prometia-se o gozo de todas as honras cedidas aos capitães de exércitos pagos, como o pagamento de um soldo, levando-os a distinguirem-se de seus pares escravizados e dos livres sem participação militar. Todavia, isso não os equiparava aos brancos brasileiros ou portugueses, por ainda serem *marcados pela cor* em uma sociedade escravista.

Logo, os Terços de Henrique Dias eram uma instituição importante para aqueles que deles faziam parte. Esses surgiram ao longo da ocupação holandesa da Bahia (1624 – 1625) e de Pernambuco (1630 – 1635; 1645 – 1654), quando Dias, homem preto e escravizado, ofereceu-se, junto a outros escravizados, para lutarem no *front* da guerra, ao saber que os indígenas também haviam sido armados. Foi no pós-guerra, entretanto, que as condições para a institucionalização e manutenção dos Terços de homens negros foram criadas, quando Henrique Dias solicitou à Coroa a liberdade dos batavos e, embora essa fosse uma questão de divergência entre o reino e a colônia, as autoridades portuguesas entenderam que a ajuda era necessária, justificada pelo perigo de novas tentativas de invasão.

A permanência dos Terços de homens pretos propiciou a formação de uma rede de sociabilidades entre os oficiais negros, a qual se estendeu para outras milícias de africanos e afrodescendentes ao longo do território, como as do Maranhão, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Para Silva (no prelo), o Terço de Henrique Dias pernambucano foi a matriz para a criação de outros terços negros, ainda que “de sua criação, na década de 1630 até a primeira metade do século XVIII, a milícia pernambucana constituía o único terço do Estado do Brasil: as demais forças formadas por africanos e afrodescendentes se conformavam até então apenas como companhias isoladas e subordinadas às ordenanças”. Em relação à ocupação de postos militares oficiais, a situação não foi muito diferente: o terço pernambucano teve um mestre de campo, o cargo mais alto hierarquicamente, desde 1657 – sendo Dias o primeiro –, as tropas de outras capitanias permaneceram, em última instância, sob o comando de um oficial branco até meados dos setecentos, quando *crioulos* assumiram posições de

comando, conquanto mestres de campo pretos ou pardos tenham chefiado terços apenas em Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais (Silva, no prelo).

A Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos reúne documentação manuscrita por 13 integrantes dos terços pernambucanos e por três milicianos baianos, conforme ilustra o quadro abaixo, no qual apresentamos os documentos que compõem a primeira parte da CDTHPP², em que se destaca, na primeira coluna, o *scriptor* do documento; a segunda coluna é reservada para a data de produção; na terceira coluna, o local de escrita; na quarta, o destinatário; e a última coluna, a quinta, a espécie documental, de acordo com Belloto (2008):

Quadro 1 – *Scriptores* da Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos.

SCRIPTOR	QUANDO	ONDE	PARA QUEM	ESPÉCIE DOCUMENTAL
Antônio da Costa Pereira	1770	Pernambuco	Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício
Antonio de Sá de Jesus	1777	Bahia	Conselho Ultramarino	Atestado
Antonio Manoel Correia Garces	1790	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Atestado
Braz de Brito Souto	1739	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Braz de Brito Souto	1740	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Braz de Brito Souto	1740	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Braz de Brito Souto	1741	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Braz de Brito Souto	1755	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Domingos Rodrigues Carneiro	1693	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Domingos Rodrigues Carneiro	1702	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Francisco Xavier Correa	1767	Bahia	Conselho Ultramarino	Certidão
Henrique Dias	1650	Pernambuco	Rei D. João VI	Requerimento

² Uma das propostas para ampliação da pesquisa é, justamente, a prospecção de novos documentos relacionados aos Terços de Homens Pretos e Pardos e posterior inclusão na coleção, haja vista a existência de terços na maior parte das capitanias e territórios densamente povoados à época da colonização. Até o momento, já foram incorporados à CDTHPP outros dois documentos, ambos classificados como “termos de posse e juramento”, os quais foram manuscritos no Rio de Janeiro por Miguel de Souza de Andrade, em 1771, e por Valentim de Andrade Guimarães, em 1777.

Ignácio Gomes da Fonseca	1785	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Jorge Luiz Soarez	1689	Arraial de Santa Margarida do Açu	Conselho Ultramarino	Certidão
Jorge Luiz Soarez	1689	Arraial de Santa Margarida do Açu	Conselho Ultramarino	Certidão
Joze Mendes de Moraes	1780	Bahia	Conselho Ultramarino	Atestado
Joze Rabelo de Vasconcelos	1776	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Luís Álvares Pinto	1770	Pernambuco	Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício
Luís Álvares Pinto	1770	Pernambuco	Luís Nogueira de Figueiredo	Ofício
Luís Nogueira de Figueiredo	1774	Pernambuco	Governador Manoel da Cunha Meneses	Ofício
Luís Nogueira de Figueiredo	1776	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Luís Nogueira de Figueiredo	1776	Pernambuco	Marquês de Pombal	Ofício
Luís Nogueira de Figueiredo	1775	Pernambuco	Governador Manoel da Cunha Meneses	Ofício
Manoel de Oliveira Miranda	1725	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Certidão
Manuel Barbalho de Lira	1707	Lisboa	Conselho Ultramarino	Certidão
Manuel Mendes dos Prazeres	Sem data	Pernambuco	Rei D. João VI	Requerimento
Manuel Mendes dos Prazeres	1793	Pernambuco	Rei. D. João VI	Requerimento
Manuel Mendes dos Prazeres	1793	Pernambuco	Conselho Ultramarino	Ofício

Fonte: elaborado pelos autores

No quadro acima, destacam-se duas informações relevantes: a primeira, sobre os locais de recolha da documentação, com prevalência da capitania de Pernambuco (Olinda e Recife) e da Bahia (Salvador), porém, com documentos localizados no Arraial de Santa Margarida do Açu (capitania do Rio Grande), para onde o mestre de campo Jorge Luís Soares foi enviado para lutar nas guerras de expansão territorial da Coroa, e em Lisboa, quando o sargento-mor Manuel Barbalho de Lira dirigiu-se à capital do

reino a fim de resolver negócios particulares. Além disso, nota-se que a CDTHPP é mais ilustrativa do século XVIII, principalmente na sua segunda metade (1751 a 1800), ao passo em que há pouca representatividade de documentos do século XVII (1650 a 1700).

Tais informações são relevantes para que se construa um panorama do perfil dos *scriptores* da documentação analisada nesta pesquisa. Como afirmou-se, os homens negros incorporados aos terços representavam uma pequena elite negra de sua época, porquanto esse era o estágio final de um longo caminho de mobilidade social. É importante, nesse sentido, considerarmos que outro fator distintivo era o fato de eles dominarem, de algum modo, as letras. Sobre isso, Paschoal (2024) afirma, baseado nas explicações de Oliveira (2006) para a aquisição da escrita no âmbito da Sociedade Protetora dos Desvalidos, terem sido o valor positivo da alfabetização entre os negros e a especialização de algumas profissões as vias mais plausíveis para se justificar a aquisição das letras pelos milicianos. Desse modo, Paschoal (2024), por inferência, chegou às seguintes conclusões:

Entre os **homens pretos**, Henrique Dias e Brás de Brito Souto podem tê-la adquirido por força de suas posições dentro da hierarquia militar dos terços – sabe-se que Brito Souto teve um escrivão particular, João Dias Ribeiro –; já Domingos Rodrigues Carneiro exercia a profissão de alfaiate, a qual requeria alguma especialização e o domínio de escrita, da leitura e do cálculo; enquanto o conhecimento de Jorge Luís Soares poderia ter se encaixar no valor social positivo dado à alfabetização. Para os **homens pardos**, a situação pode ter sido, em algum grau, mais favorável: Luís Nogueira de Figueiredo era filho de um português, propiciando-lhe algum acesso à educação; José Rabelo de Vasconcelos foi um célebre pintor de sua época, condição indicadora de sua alfabetização; e Luís Álvares Pinto fora um músico e professor pernambucano, tendo, inclusive, viajado à capital da Corte para estudar.

Esboçadas as condições sócio-históricas, dentro dos limites impostos pela escravização, dos *scriptores* e de suas produções manuscritas, a seção seguinte é

dedicada à apresentação do *corpus* e dos métodos empregados para garantir a sua originalidade, sua confiabilidade e sua autoria, com o suporte da Crítica Textual e da Paleografia.

3 O corpus: da prospecção à análise de autoria

A construção da Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos pautou-se nos pressupostos metodológicos do *paradigma indiciário*, o qual sinaliza a necessidade da interpretação de fragmentos, de pistas e de indícios, como na construção de um quebra-cabeças, para, no caso da Linguística Histórica, formar um panorama mais ou menos completo da presença e da formação do Português. Nesse sentido, rastreamos vestígios, diretos ou indiretos, dos usos linguageiros do Brasil Colonial, sem a pretensão de detalhar o passado, dadas as limitações impostas à pesquisa em história da língua. É importante, outrossim, destacar que a busca por indícios não se limitou ao estudo sócio-histórico dos *scriptores*, mas foi estendida à investigação do fenômeno linguístico em questão.

Além disso, observamos, enquanto aspecto metodológico, as agendas de pesquisas propostas pelo Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro, o PHPB: a *histórico-filológica*, a qual ocupa-se com a formação de *corpus* para pesquisas sobre a formação do PB; a da *história social linguística*, que orienta a construção dos perfis sociais dos escreventes e da documentação estudada, de modo a situá-los em um determinado contexto de usos da língua – como exposto na seção anterior; e a *gramatical*, a qual aprofunda-se no *corpus* e na investigação sócio-histórica para a proposição de estudos sobre a variação e a mudança linguísticas.

Desse modo, compreendemos que o ponto de partida para um estudo sociolinguístico histórico é a constituição de *corpus*. Os documentos da CDTHPP foram recolhidos no acervo digital do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, cujo principal propósito é o de reunir a documentação manuscrita no período que antecedeu a Independência relacionada ao

Brasil, através de acordos de cooperação com Portugal e outros países. Assim, o acesso aos documentos da coleção documental deu-se exclusivamente por meio das cópias digitalizadas disponibilizadas eletronicamente, porque os documentos físicos encontram-se sob guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

A maior parte da documentação era direcionada ao Conselho Ultramarino, órgão administrativo da Coroa Portuguesa, cuja responsabilidade maior era a de cuidar dos negócios relacionados aos territórios colonizados por Portugal, excluindo os “lugares de África”, tendo como uma de suas incumbências a atividade consultiva, pois por ele deveriam passar todos os documentos enviados ao rei para serem lidos e analisados (Fernandes, 2022; Fachin, 2006). Desse modo, os documentos do Conselho Ultramarino são de grande valor para estudos em Linguística Histórica, porém, precisam passar pelo crivo filológico e paleográfico, uma vez que a autenticidade, segundo Maia (2012), é uma característica decisiva para as pesquisas históricas da língua e, por esse motivo, as edições devem refletir fielmente as características dos documentos, as quais revelam, indiretamente, as marcas de variação linguística da época.

Como o acesso ao *corpus* deu-se por meio das cópias digitalizadas através do Projeto Resgate, a análise de alguns aspectos materiais foi afetada. Entretanto, notamos que os manuscritos se encontram em bom estado de conservação, já que as manchas ou corrosões não interferem a sua leitura. Além disso, foram escritos à pena de ave em papel sem pauta e com tinta de cor escura; a mancha escrita apresenta-se em coluna, com um lado reservado para os pareceres dos conselheiros ou escrivães. Há, ainda, a presença de carimbos do Arquivo Histórico Ultramarino e da Biblioteca Nacional do Brasil, bem como apontamentos marginais e numerações feitas posteriormente, as quais revelam os percursos arquivísticos de cada documento. Por sua vez, os critérios para a edição semidiplomática foram adaptados a partir daqueles propostos pelo grupo de pesquisa *Modus Scribendi*, da Universidade Federal da Bahia, o qual mantém uma parceria frutífera com o Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa, de modo a atender às especificidades dos manuscritos:

Figura 1 – Fac-símile do documento CDTHPP-DRC-PE-CER-1702.

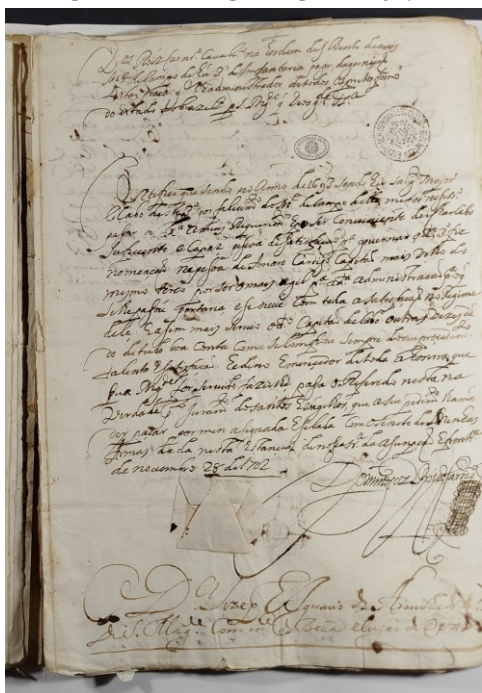


Figura 2 – Edição semidiplomática.

CDTHPP-DRC-PE-CER-1702

+

Domingos Rodriguez Carneiro cavaleiro na hordem de são Bento de asis| Mestre de Campo de hũ 3º de Infantaria paga dagornição| Desta praça governador E administrador detodos ospretos forros| do Extado do Brazil por sua Magestade que Deos guarde et caetera

Certifico que sendo no anno de 1693 sendo Eu sargento Major| e Cabo deste 3º por falisimento do Mestre decampo delle mefoi nesisario| passar a Lixboa ameus Requerimentos E por ser conveniente deichar cabo| suficente e capaz pessoa desatisfação para governar o dito 3º fiz nomeação napessoa de Amaro Cardigo Capitão mais velho do mesmo terço por ser o mais agil para a dita administração para oque| selhepasou portaria, ese ouve com toda asatisfação no Regime| dele; E asim mais servio odito Capitão decabo outras vezes dã do de tudo boa conta como seconfiou sempre doseu procedimento| talento esatisfação. e edino E mereçedor ditoda ahonra que| sua Magestade for servido fazerlhe, passa oReferido nesta na Verdade pelo juramento dosantos Evagelhos, que aseu pedimento lhamã| dey paçar por min assignada Eselada com osinete deMinhas| Armas dada nesta Estança denossasenhora da asunpção E fronteiral| de novembro 28 de 1702

Domingo Rodriguez Carneiro [sinal público]

O Doutor Jozeph Ignacio de Arouche do dezembargo| De Sua Magestade com merce de Beca e lugar de Dezembargador

Fonte: Paschoal (2024).

Quanto às características intrínsecas do *corpus*, foram analisados os aspectos escriptográficos dos *scriptores* em duas frentes: primeiro, a construção de quadros de descrição da grafia de cada um dos 16 escreventes, os quais apresentam as ocorrências dos grafemas em posição inicial, medial e final de palavra, além da forma maiúscula; em seguida, procedeu-se à análise comparativa entre a assinatura e o texto do corpo dos documentos de seis dos *scriptores*: Jorge Luís Soares, Domingos Rodrigues Carneiro, Brás de Brito Souto, Luís Nogueira de Figueiredo, Luís Álvares Pinto e Manuel Mendes dos Prazeres, dos quais foram coletados mais de um manuscrito.

Figura 3 – Assinatura de Jorge Luís Soares no documento CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.2³

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 4 – Excerto do documento CDTHPP-JLS-RN-CER-1689.2

Fonte: elaborado pelo autor.

Após as análises comparativas, determinamos que o ofício manuscrito por Luís Nogueira de Figueiredo em 1774 é apógrafo.

Logo, após a descrição dos aspectos externos e internos dos documentos que integram o *corpus* da CTHPP, falta-nos a análise da referência atribuída ao complemento verbal *lhe* pelos *scriptores*, a qual foi fundamentada pela teoria da Transmissão Linguística Irregular (Lucchesi; Baxter, 2015) e teve como pano de fundo a periodização da história sociolinguística do Português Brasileiro (Lucchesi, 2017).

4 O complemento verbal *lhe* na Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos (1650 – 1793): descrição dos resultados

Por terem sido manuscritos por possíveis africanos e por afrodescendentes que adquiriram o português escrito por vias indiretas, é essencial que os documentos da CDTHPP sejam localizados dentro da proposta de periodização sociolinguística do Português Brasileiro, proposta por Lucchesi (2017). Essa característica, ademais, revela

³ Os códigos representativos dos elementos paleográficos são encontrados em Lose (2022).

a configuração *sui generis* das milícias negras do Brasil Colonial, uma vez que seus integrantes se estabeleceram como um estrato linguístico particular, pois embora não tenham se concentrado nas *plantations* de cana de açúcar ou nas minas de ouro, também não acessaram os espaços reservados aos brancos brasileiros ou europeus. O fator distintivo mais importante é, portanto, o seu conhecimento da escrita, o qual, *a priori*, estava reservado àqueles que ocupavam posições militares hierarquicamente elevadas: as de mestre de campo e de sargento-mor.

Os documentos da CDTHPP figuram na segunda e na terceira fases da periodização de Lucchesi (2017). Na segunda fase, há a convivência entre as línguas indígenas dos povos autóctones, as línguas africanas transplantadas para cá devido à escravização e, de forma minoritária, o Português Europeu, além de suas possíveis variedades pidginizadas surgidas nas adjacências dos engenhos de açúcar: pertencem a essa fase o requerimento de Henrique Dias (1650), as certidões de Jorge Luís Soares (1689) e uma certidão de Rodrigues Carneiro (1693).

Essa etapa é sustada pela descoberta do ouro nas Minas Gerais, o marco inicial da terceira fase da periodização: a de homogeneização linguística. Dividida em três vagas de aportuguesamento, sendo os manuscritos da coleção documental coevos da primeira vaga, foi iniciada com afluxo de escravizados e de portugueses para as Minas Gerais, responsável pelo primeiro surto de urbanização e, conseqüentemente, pela primeira onda de difusão do português no território (Lucchesi, 2017; Lucchesi; Callou, 2020).

Embora os milicianos africanos e afrodescendentes constituíssem, como exposto, uma pequena elite dentro de sua camada social, distintos pelo fato de terem ascendido socialmente ao ponto de receberem a patente de um posto em uma companhia militar, o seu aprendizado não aconteceu em um espaço escolar – segundo Houaiss (1985), por volta de 0,5% da população brasileira do século XVIII era alfabetizada –, o que lhes coloca dentro do processo de *transmissão linguística irregular* do tipo *leve* ocorrido na formação do PB. Esse processo se dá quando “a língua do grupo dominante, [..], se

impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização” (Lucchesi; Baxter, 2015, p. 101).

Teoricamente, consideramos, na análise preliminar do *corpus* em busca de evidências linguísticas, a *transmissão linguística irregular leve* como a criadora de um cenário favorável à variação do clítico *lhe* nos manuscritos dos milicianos negros. No Português Brasileiro, a inclusão do *você*, resultado da pronominalização do *Vossa Mercê*, no quadro de pronomes pessoais catalisou a reorganização do sistema pronominal, a qual propiciou mudanças nas estratégias de referenciação à segunda pessoa (2P) do singular e do plural, permitindo que o *lhe/lhes* passassem, também, a configurar neste paradigma.

Até o século XVIII, por outro lado, o pronome *lhe* ocupava, exclusivamente, a posição dativa, em referência à terceira pessoa do singular, em relações assimétricas, isto é, sendo utilizado em situações mais formais de comunicação. A análise do quadro abaixo permite-nos observar que o clítico *lhe* aparece como categoricamente dativo, ao passo em que, neste trabalho, buscamos confrontar esta percepção alicerçados na possibilidade de que houve usos do *lhe* acusativo dentro da complexa configuração linguística do PB:

Quadro 2 – Sistema de tratamento de 2P até o século XVIII.

	Intimidade	Cortesia	
Nominativo	Tu	Vós	Vossa Mercê
Acusativo	Te	vos	o/a, Vossa Mercê
Dativo	te, a/para ti	vos, a/para vós	lhe, a/para Vossa Mercê
Oblíquo	prep. + ti, contigo	prep. + vós, convosco	prep. + Vossa Mercê
Genitivo	Teu	vosso	seu, de Vossa Mercê

Fonte: extraído de Lopes *et al* (2018).

Baseados nessas informações, procedemos à descrição do clítico *lhe* no *corpus*: Foram encontrados 46 registros do clítico *lhe* após aplicarmos o critério de exclusão – o de desconsiderar as ocorrências em documentos considerados apógrafos –. Ademais,

nos fundamentamos na noção de Tradições Discursivas (Kabatek, 2006) para interpretar as evidências linguísticas, pois percebemos a presença de 24 desses dados em expressões formulaicas, principalmente, no protocolo final dos textos. Contudo, optamos por mantê-los na análise, para fins de controle e de comparação com o corpo do texto, visto como mais autoral, além de possibilitar a observação de possíveis variações nessas estruturas cristalizadas ao longo do recorte temporal dos manuscritos.

Assim, elaboramos quatro grupos de variáveis, apresentados a seguir: os dois primeiros de natureza linguística e os dois últimos de natureza extralinguística:

- a) **a forma pronominal utilizada na posição de sujeito**, a fim de comparar o sistema predominante, se de 2ª ou de 3ª pessoa, e as formas de complemento verbal, dativo ou acusativo, objetivando identificar se há correspondência entre ambos;
- b) **o tipo de verbo quanto à estrutura argumental**, ao observar o condicionamento do verbo principal da oração em selecionar ou não complementos, isto é, a sua transitividade, uma vez que verbos de três lugares (os chamados transitivos diretos e indiretos ou bitransitivos) favorecem a presença de clíticos;
- c) **a seção do documento**, para controlar as ocorrências dentro de seus contextos nos manuscritos;
- d) **o período de produção**, pois é necessário observar diacronicamente a presença e o comportamento sintático do clítico *lhe*, buscando constatar se há alguma variação em seu emprego.

Como hipótese norteadora da coleta, análise e avaliação dos dados, assumimos a proposição de que os documentos manuscritos por homens negros no âmbito da CDTHPP poderiam apresentar indícios de variação nos usos do *lhe*, devido à sua possível aquisição imperfeita da língua oral e da escrita, causada pela sua aprendizagem indireta do português e pela transmissão linguística irregular. Paschoal

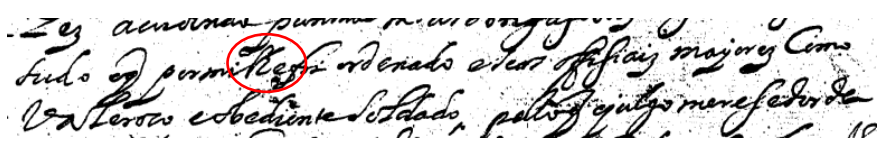
(2024), na revisão sistemática da literatura sobre o tema, encontrou indícios de que, já na primeira década do século XX, o *lhe* aparecia com frequência em missivas cuja forma *você* era usada na posição de sujeito (Souza, 2014), ao passo em que, para Galves *et al.* (2016), o clítico *lhe*, acompanhado do *te*, foram as formas mais produtivas em finais do século XIX, entretanto, já apresentando a mudança gradual de referência à terceira pessoa para referir-se também à segunda pessoa.

Todavia, as ocorrências encontradas na CDTHPP não favoreceram a variação do clítico, isto é, todas as vezes nas quais o *lhe* foi empregado, esteve na posição dativa, em referência à 3ª pessoa do singular ou do plural, convergindo com os usos linguísticos correntes nos seiscentos e oitocentos (Lopes *et al.*, 2018). Nas seções a seguir, descrevemos e analisamos os dados coletados.

Forma pronominal utilizada na posição de sujeito

Para esta variável, julgamos o fato de, tradicionalmente, esperar-se que pronomes de 3P condicionem o uso do *lhe*, ao passo em que os de 2P, o *te*, embora a reorganização paramétrica do sistema pronominal tenha proporcionado mudanças na referenciação dos pronomes átonos.

Na CDTHPP, a totalidade das ocorrências se deu em contextos de terceira pessoa do singular ou do plural, o que, conseqüentemente, favoreceu o uso do clítico *lhe* nesses contextos, conforme Lopes *et al.* (2018) demonstram no paradigma do sistema de tratamento do PB vigente até o século XVIII:

<p>[...] tudo o que pormi lhe foi ordenado e seos offisiaiz mayorez como [...]</p>	
---	--

(CDTHPP-JLS-PE-CER-1689.2)

Como no exemplo da certidão de Jorge Luís Soares, passada em 1689, no Arraial de Santa Margarida do Açú, na qual descreve as suas investidas pelas matas junto ao capitão Amaro Cardigo, genro de Henrique Dias, a fim de montar emboscadas para capturar indígenas, no curso da Guerra do Açú. No excerto, a forma pronominal correspondente é o pronome pessoal *ele*, de 3P. Em outro caso, retirado de um requerimento manuscrito por Manuel Mendes dos Prazeres, em 1793, o sujeito *o suplicante*, de terceira pessoa, também favorece o emprego do *lhe*:

[...] Iho Vltramár, e como adosupplícante não estava confirmada, Vossa Excelência

[lhe] ordenou amandasse, ahí Logo suplicou osupplícante aVossa Excelência asua [...]

*Suppl. de J. L. Soares já tinha mandado p. a. e. do ad. do com. do
Iho Vltramár, e como adosuppl. não estava confirmada, V. Ex.
O ordenou amandasse, ahí Logo suplicou osuppl. a V. Ex. a sua
Excelência para que se mandasse a V. Ex. a sua*

(CDTHPP-MMP-PE-REQ-1793)

Em ambos os casos, o *lhe* é usado em sua função dativa, ou seja, de objeto indireto, coadunando com o seu emprego corrente no período. Embora não tenhamos encontrado indícios de inovação linguística, a análise dessa variável permitiu-nos observar que, mesmo tendo aprendido a escrever em situações imperfeitas, sem instrução escolar formal, os *scriptores* refletiam em seus textos as formas correntes à época da escrita.

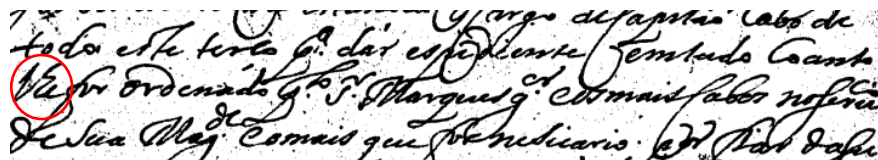
Tipo de verbo quanto à estrutura argumental

Para a análise desta variável, consideramos a hipótese de Oliveira (2014), de que os clíticos são mais produtivos em verbos de três lugares, ou seja, aqueles que possuem dois argumentos em sua estrutura interna (sujeito + verbo + **objeto direto** + **objeto indireto**), os chamados verbos transitivos diretos e indiretos ou bitransitivos.

Nos registros colhidos na CDTHPP, destacamos algumas ocorrências de verbos de três lugares, nos quais o clítico *lhe* é marcado, categoricamente, enquanto objeto indireto, conforme a tradição gramatical da época na qual os documentos foram manuscritos:

[...] todo este terço para dar espediente emtudo coanto

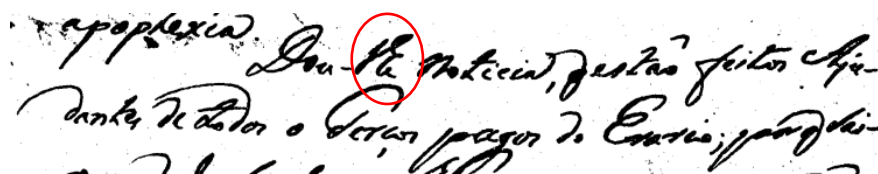
[lhe] for ordenado pelo senhor. Marques governador eosmais cabos noservico [...]



(CDTHPP-DRC-PE-CER-1693)

No exemplo acima, o verbo *dar*, de dupla transitividade, acomoda o clítico destacado na função de objeto indireto, assim como este refere-se a um terceiro, o que confirma o uso hegemônico do momento. Caso semelhante acontece no trecho a seguir:

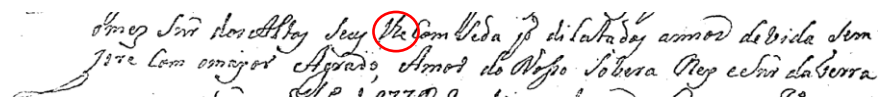
[...] Dou-**[lhe]** noticia, que estão feitos Ajudantes de todos o Terços pagos do Erareio; por que sai- [...]



(CDTHPP-LAP-PE-CER-1770.2)

Outra ratificação pode ser obtida na ocorrência abaixo, extraída de um ofício lavrado por Luís Nogueira de Figueiredo, mestre de campo pardo, de 1776, a partir do verbo *conceder* (grafado [com seda]):

[...] nosso comserva a melhor saude pellas noticias que me vem desa corte o mez Senhor das Altos seus **[lhe]** com



seda para dilatados
anos de vida sem
[...]

(CDTHPP-LNF-PE-OFI-1776)

Dessa forma, nota-se que, no tangente às variáveis linguísticas, os empregos linguísticos do clítico *lhe* na documentação em análise coaduna com a norma linguística usada no seu período de escrita, os séculos XVII e XVIII. Por conseguinte, abordaremos, em sequência, as motivações sociais, extralinguísticas, em torno das ocorrências evidenciadas no *corpus* em questão.

Seção do documento

Kabatek (2006, p. 512) define o modelo de Tradições Discursivas como “a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável)”. Desse modo, pode-se entender que determinados usos linguísticos estão diretamente correlacionados ao tipo de texto no qual foram reproduzidos, haja vista a existência de estruturas fixas mais ou menos estáveis que se repetem em espécies documentais.

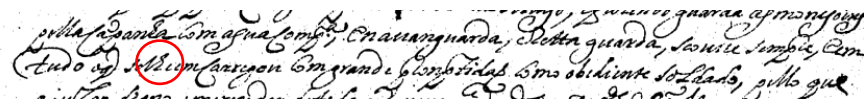
Inicialmente, cogitamos ser este um critério de exclusão, afinal a repetição do clítico em contextos semelhantes pouco significaria no conjunto de dados. Todavia, enquanto campo de pesquisa, as TDs devem ser consideradas no grupo de fatores para identificar processos de variação e de mudança linguísticas. Na CDTHPP, verificamos a repetição de duas fórmulas em diferentes documentos, com pequenas diferenças na organização frasal:

- a) [pello que / ojulgo digno e meresedor detoda ahonra e merce que sua Magestade que Deos guarde for servido fa- / Zerlhe] (CDTHPP-JLS-PE-CER-1689.1);
- b) [emui obediente / de Tudo o que se lhe emcarregou] (CDTHPP-MBL-LIS-CER-1707).

A partir da configuração das espécies documentais disponíveis na coleção documental, analisamos a recorrência do clítico no corpo do texto e no protocolo final, porquanto não foram encontrados registros no protocolo inicial.

No corpo do texto:

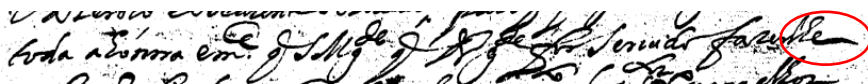
[...] tudo o que se **lhe**
em Carregou com
grande prontidão
como obediente
soldado, pello que [...]



(CDTHPP-JLS-PE-CER-1689.1)

Embora o núcleo dos documentos permita algum grau de originalidade, dentro das especificidades de produções administrativas ou judiciais, não encontramos indícios de variação, haja vista a predominância das relações dativas entre o *lhe* e o verbo ao qual se refere, bem como a sua referência à terceira pessoa. No protocolo final, a situação é parecida:

[...] toda a honra
emerge que
Vossa Magestade que
Deus guarde for
servido fazer **lhe** [...]



(CDTHPP-JLS-PE-CER-1689.2)

Os dados demonstram que, em ambas as partes dos documentos, o *lhe* é cristalizado enquanto dativo, objeto indireto, sempre em referência à 3P. Inferimos, desse modo, que documentos diplomáticos pouco favorecem a variação dos usos linguísticos, assim, sustando a oposição de formas e a possibilidade de referenciação do *lhe* à segunda pessoa.

Período de produção

Para esta variável, dividimos os documentos da CDTHPP em períodos de 50 anos (1650 a 1700; de 1701 a 1750; de 1751 a 1800), com o objetivo de analisar a hipótese de ter havido, em algum momento, a variação entre as formas dativa/acusativa do clítico *lhe*. Na divisão, catalogados quatro documentos do primeiro cinquentenário, sete do segundo e dezesete do terceiro – sendo este o de maior produtividade na coleção.

Todavia, como nas outras variáveis, não registramos nenhum indício de mudança em curso, como atestamos nos exemplos a seguir:

[...] todo este terço para dar espediente emtudo coanto **[lhe]** for ordenado pelo senhor. Marques governador eosmais cabos noservico [...]

Y cargo de capitão cabo de todo este terço q. dar espediente emtudo coanto **lhe** for ordenado p. o Sr. Marques q. eosmais cabos noservico de sua Maj. Comais que se medicario. (CDTHPP-DRC-PE-CER-1693)

(CDTHPP-DRC-PE-CER-1693)

[...] mesmo terço por ser o mais agil para a dita administração para oue se **[lhe]** pasou portaria, ese ouve com toda asatisfação no Regime [...]

nomeação na p. de ditos cargo capitan mas o mesmo terço por ser o mais agil para a dita administração para oue se **lhe** pasou portaria, ese ouve com toda asatisfação no Regime (CDTHPP-DRC-PE-CER-1702)

(CDTHPP-DRC-PE-CER-1702)

[...] Posto que deixemo de ir às Fronteiras por não serem necessarios, se **[lhes]** terá respeito, como seservissem naguerra. [...]

Posto q. deixemo de ir ás Fronteiras por não serem necessarios, se **lhes** terá respeito, como se servissem naguerra. (CDTHPP-LAP-PE-CER-1770.1)

(CDTHPP-LAP-PE-CER-1770.1)

No registro da primeira sincronia, o clítico faz referência à 3P; na segunda ocorrência, corresponde a *para/a ele*, funcionando, também, como objeto indireto; na terceira, por fim, também se refere à terceira pessoa. Desse modo, em todos os períodos analisados, o *lhe* manteve-se categoricamente em sua posição canônica de dativo.

Logo, a hipótese linguística inicial desta pesquisa, a de que o *lhe* poderia assumir, em variação, a função acusativa nos documentos manuscritos por homens pretos e pardos foi contrariada pela análise descritiva dos dados. Avaliamos esse resultado por três vieses expostos na seção a seguir.

5 Análise dos resultados

Embora não tenham sido encontradas ocorrências de variação ou de mudança no uso do clítico nos manuscritos da CDTHPP, consideramos, *ab initio*, que esta seria uma pesquisa orientada pelo paradigma indiciário de Ginzburg, o qual a observação de acontecimentos menores e a sua relação com o contexto social, principalmente aqueles oriundos da vida de indivíduos que estavam fora das estruturas oficiais de poder, como é o caso dos milicianos africanos e afrodescendentes.

Ainda que não fizessem parte da elite de sua época, os integrantes dos terços constituíam um grupo social singular, dotado de características sociais que os distinguiam dentro do *continuum* escravidão-liberdade, como o fato de, com o domínio das letras, usarem a escrita para contactar a administração lusitana em busca de melhorias de soldo, da confirmação de cartas patentes, da solicitação de hábitos militares, entre outras questões presentes na documentação prospectada.

Logo, justamente pelos entremeios extralinguísticos do *corpus*, construímos três caminhos avaliativos para a invariação presente nos dados coletados, haja vista que os aspectos de natureza linguística não são suficientes para explicá-la, por termos poucos dados, manuscritos por poucos *scriptores* em um conjunto limitado de documentos. Os caminhos levantados foram:

- a) O constante contato dos escreventes com a língua-alvo, a qual representava o ideal linguístico da época, o Português Europeu;
- b) O fato de que documentos notariais, de natureza administrativa, com estrutura fixa, pouco favorecem a variação;
- c) As relações sociais dos *scriptores* no período colonial, os quais transitavam entre a elite colonial, inclusive com visitas a Lisboa, capital do reino português.

Em (a), entendemos que o modelo de aquisição defectiva do português imposto aos escravizados e aos seus descendentes somado ao processo de colonização cultural fomentou uma idealização do Português Europeu, que passou a ser considerado o modelo linguístico a ser seguido, empurrando os *scriptores* a segui-lo. Para Lucchesi (2015, p. 48), a massiva migração interna própria dos ciclos econômicos coloniais garantiu “a homogeneidade diatópica das variantes populares do português do Brasil”, levando-nos a deduzir o contato frequente dos milicianos negros com a variedade de prestígio.

Sobre (b), Belloto (2008), ao definir os documentos diplomáticos, isto é, os de natureza administrativa, pontua que estes serão compostos por duas partes: uma fixa, regular em todos da mesma espécie documental, e outra livre, na qual poderia acontecer algum tipo de variação linguística. Todavia, os fatores comentados em (a) contiveram essa possibilidade, porque, de modo a integrarem-se minimamente na sociedade letrada, os milicianos reproduziam a sua ortografia.

A respeito da proposição (c), Lucchesi (2015) entende que a miscigenação ocorrida na sociedade colonial teve um duplo papel no campo linguístico: o de condicionar a assimilação dos padrões de escrita e de oralidade por parte dos grupos dominados ao mesmo tempo em que criou meios para mudanças de baixo para cima, por possibilitarem que falantes das camadas média e alta adquirissem modelos da língua advindos das camadas mais baixas. Logo, dada a sua característica *sui generis*, é crível afirmar que os milicianos negros transitavam em diferentes espaços linguísticos de sua época.

Embora o trabalho de reaproximação sócio-história do passado linguístico brasileiro seja um caminho longo, os documentos da CDTHPP jogam luz à necessidade de se observar a penetração da escrita em diferentes camadas sociais do Brasil Colonial, pois a língua esteve presente em diversas situações de interação e espalhou-se entre grupos cujo acesso à educação era dificultado, se não proibido.

Ainda que os resultados convirjam à invariância, algo comum em pesquisas com documentação manuscrita (Hernández-Campoy; Schilling, 2012), o trabalho com a documentação dos Terços mostra um caminho a ser seguido, já sinalizado por Mattos e Silva (2008): a importante intersecção entre a Sociolinguística Histórica e a Filologia, além da associação à História Social, a fim de entendermos quais relações e redes de sociabilidade foram construídas pelos milicianos capazes de os levarem à produção de textos cujo principal objetivo era o de fazer as suas reclamações e necessidades serem ouvidas pela Coroa.

6 Considerações finais

A pesquisa em Sociolinguística Histórica envolve uma série de fatores limitantes, os quais, sob algum prisma analítico, poderiam ser considerados obstáculos, como a falta de contato com os *scriptores*, um olhar mais distante – do presente para o passado –, a raridade documental e a quase sempre baixa produtividade de ocorrências linguísticas. Nesta pesquisa, enfrentamos todos esses problemas, porém, com controle metodológico capaz de, se não os superar, ao menos mitigar os seus efeitos no resultado final.

Nesse sentido, o aporte paleográfico foi essencial para a construção da Coleção Documental dos Terços de Homens Pretos e Pardos, por fornecer meios importantes para a garantia da confiabilidade dos documentos prospectados, principalmente a partir da descrição dos seus elementos materiais, e, sobretudo, para atestar ou contestar a autoria dos manuscritos, evitando, assim, que cometêssemos erros analíticos causados pela falta de distinção entre os textos autógrafos e apógrafos. Há,

naturalmente, questões mais difíceis de contornar, como a raridade documental, principalmente os produzidos por pessoas de estratos sociais mais desfavorecidos.

Como citamos ao longo da pesquisa, homens africanos e afrodescendentes que ocupavam cargos em milícias, corpos militares auxiliares, faziam parte de uma pequena elite negra, a qual, embora não pudesse ser comparada àquelas formadas por senhores de engenho, distinguiam-se de seus pares, a rigor, por fazerem parte dos terços, os quais eram vistos como o último estágio de sua ascensão social.

É essa questão, então, que pode ser tomada como um elemento central na interpretação dos dados de invariação na CDTHPP: o trânsito social dos milicianos em diferentes contextos linguísticos, desde a sua aquisição imperfeita das letras em espaços não-escolares até a sua presença em círculos sociais e administrativos da corte, como o Conselho Ultramarino e a capital, Lisboa. Logo, compreende-se que os manuscritos da CDTHPP não são representativos da parcela da população escravizada, porque, embora os milicianos possam ter sido cativos em algum momento, eles adquiriram certo prestígio social. Ainda assim, a coleção é relevante para os estudos linguísticos por trazer à luz dados da escrita de pessoas negras, das quais pouco se encontram documentos produzidos no período colonial.

Referências

BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2002.

FACHIN, P. R. M. **Estudo paleográfico e edição semidiplomática de manuscritos do Conselho Ultramarino (1705-1719)**. 2006. 122 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERNANDES, R. S. O Conselho Ultramarino e as queixas e agravos do ultramar português (Minas Gerais, 1750 – 1808). **Revista História (São Paulo)**, n. 181, p. 1-34, 2022. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.183693>

GALVES, C. *et al.* Morfossintaxe e Uso dos Pronomes Pessoais na Sincronia e na Diacronia do Português Brasileiro. *In: Rumos da linguística brasileira no século XXI*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 123 -154. DOI <https://doi.org/10.5151/9788580391824-06>

HOUAISS, A. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

IZECKSOHN, V. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso- -brasileiros. *In*: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (org.) **O Brasil Colonial, 1720-1821**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 483-522.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança lingüística. *In*: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (orgs.). **Para a História do Português Brasileiro VI - Novos dados, novas análises**, Salvador: EDUFBA, Tomo II. 2006. p. 505-527.

LABOV, W. Building on empirical foundations. *In*: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Yakov (ed.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Ottawa: John Benjamins Publishing Company, 1982. p. 17-92. DOI <https://doi.org/10.1075/cilt.24.06lab>

LOPES, C. ; MARCOTULIO, L.; LUCENA, R.; OLIVEIRA, T.; SOUZA, C. A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: outras relações gramaticais. *In*: LOPES, C. (ed.). **História do Português Brasileiro: Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista**. São Paulo: Contexto. 2018. p. 142-186.

LOSE, A. D. Ver más allá del texto: análisis material de los Pasquines Sediciosos de la Revolución de los Sastres en Bahía en el siglo XVIII. **Espacio, Tiempo y Forma Serie IV - Historia Moderna**, v. 35, p. 71-96, 2022. DOI <https://doi.org/10.5944/etfiv.35.2022.35755>

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 44-73.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A Transmissão Linguística Irregular. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 101-124. DOI <https://doi.org/10.7476/9788523208752.0005>

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **D.E.L.T.A**, São Paulo, n. 33, v. 2, p. 347-382, 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-445067529349614964>

LUCCHESI, D.; CALLOU, D. Os cenários sociolinguísticos do Brasil Colonial. *In*: CALLOU, D.; LOBO, T. (org.). **História do Português Brasileiro vol. IX: da história social à história linguística**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 156-181.

MAIA, C. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T. *et al.* (org.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: Edufba, 2012. p. 533 – 542. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MELLO, C. F. Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as Relações Militares e Políticas na América Portuguesa. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 45, 2006. DOI <https://doi.org/10.5380/his.v45i0.7944>

OLIVEIRA, K. **Negros e escrita no Brasil do século XIX**: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico. 2006. 1198 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12042>. Acesso em: 16 fev. 2023.

OLIVEIRA, T. L. de. **Entre o lingüístico e o social**: Complementos Dativos de 2ª pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_08f223bb914f3cf972ab92920d5803d4. Acesso em: 11 jan. 2024.

PASCHOAL, I. A. N. **Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos (1650-1793)**: edição semidiplomática e estudo do complemento verbal *lhe*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1699>. Acesso em: 04 set. 2024.

SILVA, L. G. S. **Os homens pretos e pardos e o legado escrito das milícias** (prefácio). No prelo.

SOUZA, C. D. de. **Eu te amo, eu *lhe* adoro, eu quero você**: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980). 2014. 156 f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Iu_cHC_hz1slXENjHqmn6TJgB8eTn0S7/view. Acesso em: 11 jan. 2024.